CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,83 x 35,75 cm²
Corte: 1 de 10

INVESTIGAÇÃO

Ricciardi falha destituição de Salgado

A guerra é surda mas fracturante. Grupo Espírito Santo debateu a sucessão de Ricardo Salgado, que foi precipitada por José Maria Ricciardi. O clima à volta do grupo tem sido de suspeitas judiciais, endividamento, denúncias ao Banco de Portugal, negociação com Queiroz Pereira e Angola. Os casos estão a ser resolvidos. O "golpe de Estado" falhou. O Negócios abre a cortina de silêncio. **PEDRO SANTOS GUERREIRO, MARIA JOÃO BABO E MARIA JOÃO GAGO**

Lisboa, 7 de Novembro, são três da tarde. No número 195 da Avenida da Liberdade, o ambiente é tenso por causa das buscas do Ministério Público, que inesperadamente desde essa manhã está no edifício, investigando suspeitas de crimes de mercado. Estamos na sede do BES. No último andar. A tensão é grande, mas já não por causa das buscas. Nove pessoas entram para uma reunião tão discreta quanto importante. É a cúpula da família Espírito Santo, que se reúne para um confronto desconhecido fora daquelas paredes: José Maria Ricciardi tomara uma iniciativa no sentido da destituição de Ricardo Salgado. A reunião é tensa. E termina com o apoio da família a Salgado. E com a derrota de Ricciardi. Nada voltará a ser como dantes.

O **Negócios**, que tem investigado os casos à volta do Grupo Espírito Santo nos últimos meses, soube deste desfecho. Ao início da noite, contactou as partes envolvidas. José Maria Ricciardi disse: "Não apresentei documento nenhum na reunião. Mas não comento a reunião, não quero dizer nada". Mas mais tarde, o Conselho Superior da Família Espírito Santo, núcleo dos nove membros mais poderosos do clã, e que inclui Ricciardi e Salgado, respondeu por escrito ao **Negócios**. E confirmou o desenlace.

"O CS do GES, reunido hoje (7 de Novembro de 2013), aprovou uma moção que reitera a confiança na liderança executiva do Grupo na área financeira pelo Dr. Ricardo Salgado, reafirmando a sua coesão em torno dessa liderança". Esta foi a resposta à pergunta do **Negócios**: "O **Negócios** sabe que José Maria Ricciardi tomou a iniciativa de avançar para a destituição de Ricardo Salgado. Qual foi o desfecho da reunião do Conselho Superior sobre este tema?" A resposta confirma que a iniciativa de antecipar a sucessão de Salgado foi analisada e caiu por terra. Segundo informações do **Negócios**, a moção de confiança foi unânime entre os cinco membros com direito de voto. Isto significa que também o comandante António Ricciardi, pai de José Maria, votou a favor do apoio a Salgado.

Mas há mais. O Conselho Superior do GES decidiu acrescentar ao **Negócios** que "aprovou, ainda, uma moção em que se reafirma a importância da lealdade institucional e do respeito pelos valores básicos que sustentam a cultura de gestão do GES, valores esses que são essenciais num momento de instabilidade e incerteza sem precedentes na economia nacional e internacional". Esta declaração pode ser interpretada não apenas como a confirmação da tentativa falhada de tomada de poder, como uma censura a quem a protagonizou. O **Negócios** sabe, aliás, que nas entrelinhas desta frase que o Conselho Superior não rejeita a abertura de um processo que leve à sucessão de Ricardo Salgado, 69 anos, que termina o actual mandato em 2015. Só que essa sucessão tem de ser preparada em moldes consensuais. José Maria Ricciardi, 59 anos, terá cometido um erro fatal que o afasta agora da possibilidade de ser o sexto líder da linhagem. O caso terá consequências dentro da estrutura de poder dos Espírito Santo.

TRAIÇÕES E LUTAS TITÂNICAS

A iniciativa que pretendia acelerar a saída de Ricardo Salgado foi tomada na ausência deste do País, quando o líder do BES estava em Luanda, onde se deslocou pelo menos duas vezes em Outubro para sanar um dos conflitos abertos contra si. No caso, de Álvaro Sobrinho.

É este o pano de fundo em que surge a contestação ao líder dos últimos mais de 20 anos do grupo. Internamente na família, o envolvimento do Grupo Espírito Santo em diversas guerras, de justiça, negócios, reputação e resultados do BES, quebraram o unanimismo.

A reunião desta quinta-feira do Conselho Superior da família Espírito Santo é o apogeu de um conflito que, nos meses anteriores, aconteceu à sua volta. O centro do conflito foi quase sempre Ricardo Salgado, líder do banco, do grupo e da família. À sua volta desenvol-

"O Conselho Superior do GES, reunido hoje (7 de Novembro de 2013), aprovou uma moção que reitera a confiança na liderança executiva do Grupo na área financeira pelo Dr. Ricardo Salgado, reafirmando a sua coesão em torno dessa liderança"

CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 26,97 x 36,16 cm²
Corte: 2 de 10

Miguel Baltazar

veu-se um cerco de casos paralelos: a guerra com Álvaro Sobrinho, com epicentro em Angola; o embate frontal com Pedro Queiroz Pereira na Semapa; os processos de Justiça, concentrados no juiz Carlos Alexandre em torno do Grupo Espírito Santo; denúncias sobre um alegado sobreendividamento nas "holdings" do Grupo; os casos reputacionais sobre os rendimentos do presidente executivo do BES. Foram estes casos paralelos e uma coincidência? Ou geraram eles alianças de circunstância entre os vários intervenientes? A pergunta permanecerá sem resposta. Mas não o que eles pretendiam: a cabeça de Salgado. E foi precisamente quando as várias frentes exteriores começaram a ser resolvidas por Ricardo Salgado (em Angola, com Queiroz Pereira, com os reguladores e com o sistema de Justiça) que a guerra que era à volta da família se tornou explícita dentro dela.

UM CASO CHAMADO SOBRINHO

O **Negócios** investigou os vários dossiês ao longo de meses, publicando dezenas de trabalhos editoriais. E está hoje em condições de fornecer aos leitores um quadro completo dos acontecimentos. A maioria dos factos provêm de fontes documentais (como relatórios e contas das "holdings" com sede no Luxemburgo) e de fontes cruzada. Contactadas, as partes atendíveis têm sistematicamente recusado prestar declarações.

Álvaro Sobrinho foi, até ao início de Outubro, o grande adversário de Salgado. Nunca se soube as razões do desentendimento entre Salgado e Sobrinho, que durante anos foram fortes aliados em Angola. O verniz estalou, a guerra tornou-se audível com o caso Akoya (sociedade que está no centro da Operação Monte Branco) e em Setembro o Grupo Espírito Santo tomou uma posição oficial de hostilidade à família Madaleno (de Álvaro Sobrinho), que foi acusada de usar os seus jornais como instrumento nesse guerra.

>>> página 14

Família Espírito Santo "aprovou ainda, uma moção em que se reafirma a importância da lealdade institucional e do respeito pelos valores básicos que sustentam a cultura de gestão do GES, valores esses que são essenciais num momento de instabilidade e incerteza sem precedentes na economia nacional e internacional."

Rácios do BES pressionam capital... e tiram dividendos a 300

É uma relação umbilical. Quando os rácios de capital do BES estão sob pressão, a família Espírito Santo também está. Em vez de receberem dividendos, os cerca de 300 membros da família são confrontados com a eventual necessidade de o banco ter de reforçar capitais. E isso significa que as "holdings" familiares terão de encontrar recursos para manter a posição relativa. Até porque a família foge do recurso ao Estado como o Diabo da cruz. Traumas, depois de o grupo ter recuperado o BES após as nacionalizações de 1975.

Entre os grandes bancos portugueses, o BES é o único que dispensou o recurso ao Estado. Mas hoje é também o que tem um nível de capital mais próximo do limite mínimo de 10% imposto pelo Banco de Portugal. No fim de Setembro, o rácio de solidez mais exigente ("core tier one") era de 10,4%. O próprio Ricardo Salgado demonstrou alguma cautela face à solvabilidade da instituição, até porque a transferência da supervisão para o Banco Central Europeu, no âmbito da União Bancária, já está a obrigar o BES a reforçar o provisionamento. "Temos de esperar pelas especificações que o BCE vai fazer para ver a posição de capital do banco", alertou, sublinhando que o BES dispõe de "uma ampla panóplia de instrumentos para reforçar os seus rácios de capital".

CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

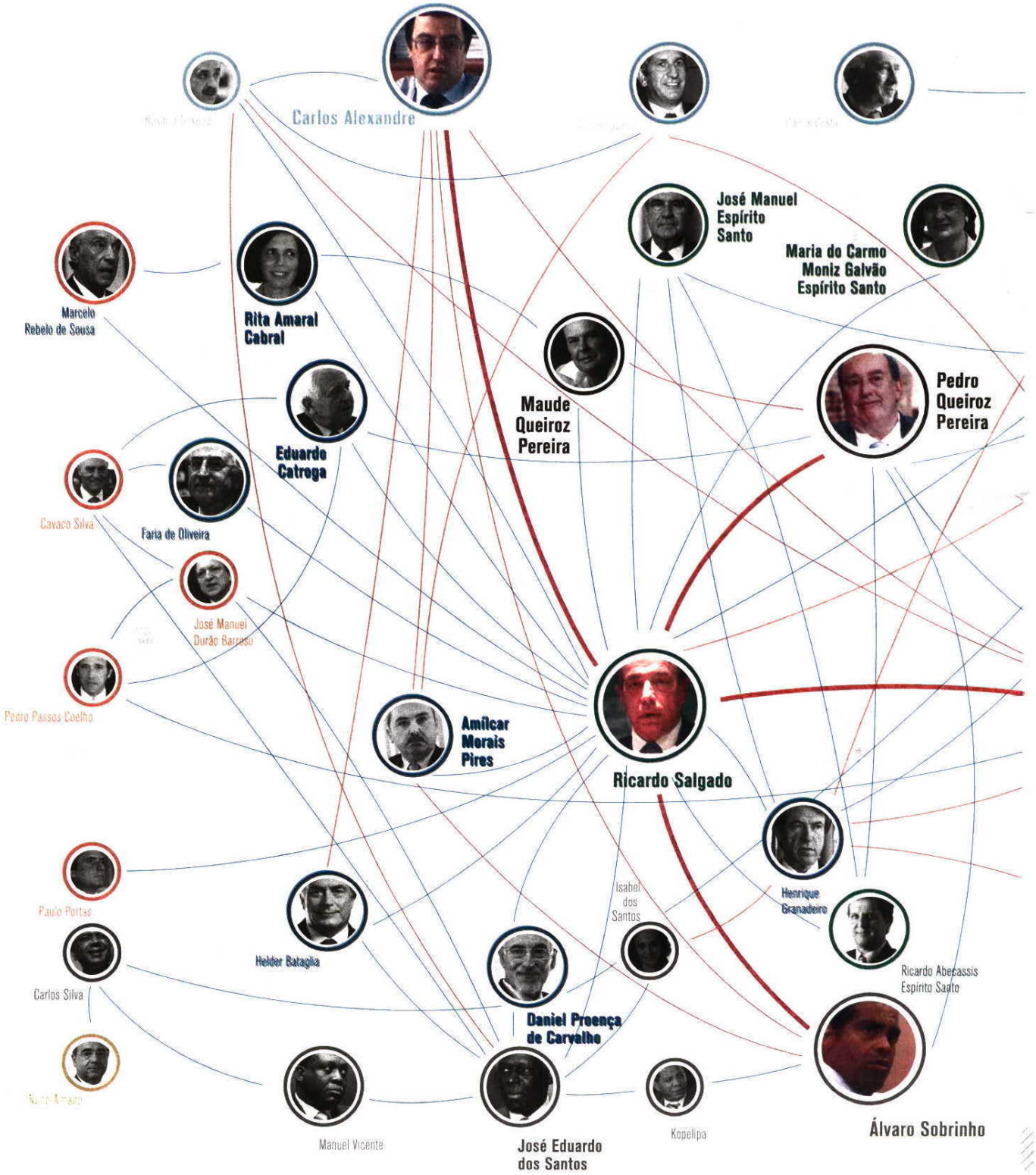
Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 26,31 x 35,39 cm²
Corte: 3 de 10

INVESTIGAÇÃO

Os aliados e os adversários das batalhas no Grupo Espírito Santo

Quatro frentes de batalha irromperam este ano, todas com o centro no Grupo Espírito Santo e em Ricardo Salgado. O caso Semapa está resolvido, o de Sobrinho em vias disso, Ricciardi irrompeu agora, no da Justiça não há acusações directamente a Salgado. Veja quem importa nos conflitos.



CISION

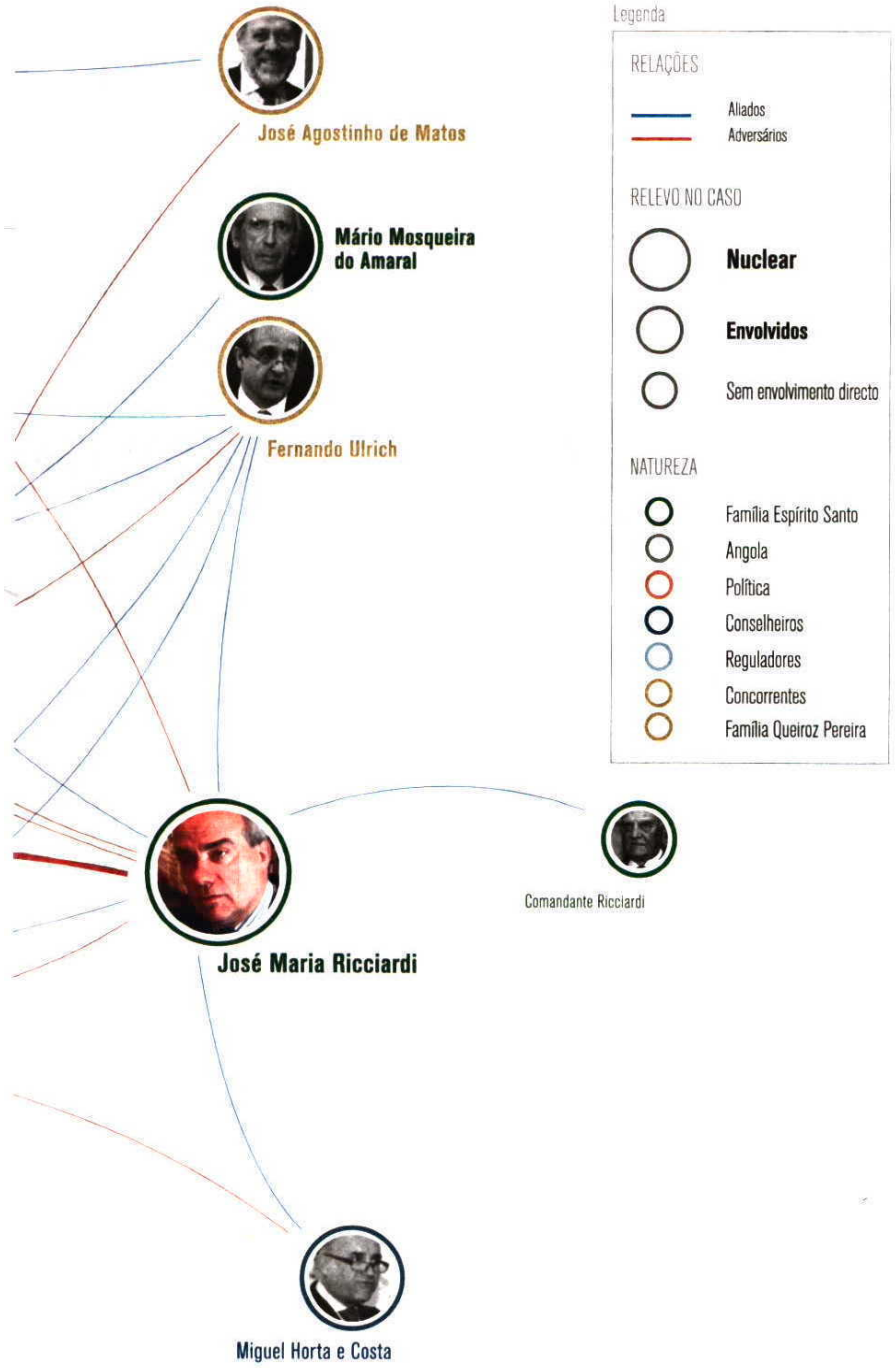
Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 13
Cores: Cor
Área: 27,13 x 35,82 cm²
Corte: 4 de 10



Os rostos dos conflitos

Adversários e aliados do líder do BES gravitam à volta de Ricardo Salgado numa teia de relações intrincadas.

ÁLVARO SOBRINHO
Passou de "delfim" a "inimigo nº1" em Angola. Foi acusado pelo GES de usar jornal "i" para atacar. Conflito estará agora a serenar-se.

AMÍLCAR MORAIS PIRES
Braço direito do banqueiro e possível sucessor numa solução profissional. É arguido no caso BES Vida/EDP.

CARLOS ALEXANDRE
Juiz da Operação Furacão e do Monte Branco, tem autorizado todas as buscas dos processos judiciais.

CARLOS COSTA
Governador distante das administrações dos bancos. Nunca pôs em causa a idoneidade de Salgado.

CARLOS SILVA
O primeiro responsável do BES em Angola dá a cara por uma facção do poder angolano. Administrador do BCP.

CARLOS TAVARES
Líder da CMVM, que disse estar "atenta" à exposição dos fundos de investimento do BES ao GES.

CAVACO SILVA
Relação com Chefe de Estado é boa mas equidistante.

COMANDANTE RICCIARDI
Líder histórico do grupo, hoje afastado da ribalta, pai de José Maria, sempre apoiou Salgado.

DANIEL PROENÇA DE CARVALHO
O advogado bem relacionado em Angola tem apoiado Salgado nas relações com o país africano.

EDUARDO CATROGA
Chairman da EDP, com apoio do BES, ofereceu a ajuda para mediar conflito com PQP.

FARIA DE OLIVEIRA
Líder da APB tem dado a cara pelas lutas do sector e apoiado Salgado.

FERNANDO ULRICH
Representou PQP na negociação com o GES, o que foi entendido como uma tomada de posição.

HÉLDER BATAGLIA
Parceiro do GES na Escom também acordou vender. Arguido.

HENRIQUE GRANADEIRO
Amigo e conselheiro histórico de Ricardo Salgado.

ISABEL DOS SANTOS
Filha do presidente angolano é a maior accionista da Zon/Optimus, onde o GES mantém participação.

JOSÉ AGOSTINHO DE MATOS
Surpreendeu Salgado ao vender posição da CGD na PT sem pré-aviso, o que revela uma independência impensável noutros governos.

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
Presidente de Angola fez questão de mostrar publicamente que recebeu Salgado. Estará a ajudar a resolver crises do grupo em Angola.

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO
Trabalhou no GES antes de liderar Bruxelas. É amigo de Salgado. Sem intervenção no caso.

JOSÉ MANUEL ESPÍRITO SANTO
Quando Salgado se viu envolvido no Monte Branco, o primo deu-lhe o seu apoio público.

JOSÉ MARIA RICCIARDI
Primo de Salgado, com que é publicamente solidário. Sempre foi dado com candidato à sucessão.

KOPELIPA
General angolano sócio de Salgado no BES Angola, através da Portmil.

MANUEL VICENTE
Nº2 de Angola liderava Sonangol quando acordou comprar a Escom. É tido como presidenciável.

MARCELO REBELO DE SOUSA
Amigo de Salgado. Namora com Rita Amaral Cabral.

MARIA DO CARMO MONIZ GALVÃO ESPÍRITO SANTO
Líder do ramo da família com maior posição accionista apoia Salgado.

MÁRIO MOSQUEIRA DO AMARAL
É o homem-forte de outro ramo do núcleo accionista do GES.

MAUDE QUEIROZ PEREIRA
A irmã de PQP aliou-se ao GES na guerra da Semapa, ganhando força.

MIGUEL HORTA E COSTA
Ex-líder da PT e "chairman" do BESI é amigo de José Maria Ricciardi.

NUNO AMADO
Foi escolhido pelo poder angolano para liderar o BCP, disputando terreno a Salgado em Luanda.

PAULO PORTAS
O vice-primeiro-ministro é próximo de Salgado. Decidiu comprar submarinos aos alemães aliados do GES, quando liderou a Defesa.

PEDRO QUEIROZ PEREIRA
De tensas, as relações entre líder da Semapa e Salgado passaram a azedas com a guerra de família. A luta acabou em divórcio negociado.

PEDRO PASSOS COELHO
Amigo pessoal de Ricciardi, tem sido neutro relativamente ao grupo.

RICARDO ABECASSIS ESPÍRITO SANTO
Responsável do GES no Brasil está de volta a Portugal. A sua mais recente missão foi ajudar a fechar acordo de paz com PQP.

RICARDO SALGADO
Líder do BES esteve sob pressão da Justiça, de PQP, de Álvaro Sobrinho e agora do primo Ricciardi. Parece estar a resolver todas as frentes. Falta a dos lucros do banco.

RITA AMARAL CABRAL
Advogada amiga de Salgado e prima de Maude ajudou à aliança de ambos. É administradora do BES.

ROSÁRIO TEIXEIRA
Procurador investigou o GES. No caso Monte Branco deu a cara pela inocência de Salgado.

CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 26,99 x 36,11 cm²
Corte: 5 de 10

>>> página 13

A reunião de Ricardo Salgado há um mês a Luanda com o Presidente José Eduardo dos Santos marcou a viragem no processo. Essa reunião foi tornada pública por iniciativa do próprio Palácio da Cidade Alta. Essa divulgação foi entendida como um sinal claro do Presidente de Angola de que apadrinharia a resolução dos conflitos existentes com centro em Luanda, designadamente com Álvaro Sobrinho. Na calha estará a conclusão da venda da Escom. E não só.

O DIVÓRCIO NEGOCIADO COM QUEIROZ PEREIRA

Dias depois de abrir o caminho para a paz em Luanda, Ricardo Salgado sanou outra guerra, que se tornou pública no Verão. Depois de Pedro Queiroz Pereira acusar Salgado de querer tomar o poder da Semapa, e de Salgado negar essa intenção e acusar Queiroz Pereira de retaliações, o acordo chegou na sexta-feira, com o "descruzamento" das participações nas "holdings" familiares. Pedro Queiroz Pereira saiu da "holding" da família, onde se tornara incómodo; o Grupo Espírito Santo retirou-se das sociedades que controlam a Semapa.

O caso deixou no entanto muita feridas. Pedro Queiroz Pereira nunca disse porque queria sair do GES, mas em causa estará a sua suspeita de que será necessário realizar aumentos de capital em que ele não quer participar. Sobretudo porque Queiroz Pereira escondia das contas das "holdings" da família, tanto que chegou a pedir formalmente informações no Luxemburgo que lhe estariam a ser negadas. Nesta guerra, Queiroz Pereira constituiu uma equipa dedicada em exclusivo à esgravatar as contas das várias empresas do GES.

Ao falar então de retaliações, o GES estava a dizer que Queiroz Pereira estaria por detrás de várias notícias publicadas nos últimos meses sobre as "holdings", nomeadamente sobre a dívida da ES Liquidez. Sobre o BES propriamente dito, nunca houve suspeita. Mas mais: o Banco de Portugal recebeu dossiers sobre estes assuntos (o que o supervisor não confirma nem comenta), pedindo esclarecimentos ao GES.

O caso acabou com um cheque e com a retirada de todas as acusações em tribunal, mas também com um pacto de silêncio entre os dois rivais, Ricardo Salgado e Pedro Queiroz Pereira. Estes negociações foram assumidas por Francisco Cary pelo GES e Fernando Ulrich pela Semapa (o BPI, recorde-se, é accionista da Semapa e o envolvimento directo de Ulrich foi no início visto pelo GES como uma tomada de posição a favor de Queiroz Pereira). No fim, no entanto, Ricardo Abecassis Espírito Santo foi chamado às negociações, acabando por selá-las. Este envolvimento não é irrelevante. O sobrinho de José Manuel Espírito Santo esteve até agora nas operações no Brasil, tendo o seu regresso a Lisboa sido visto como uma possível aposta de Salgado para seu sucessor.

O PECADO DA DÍVIDA

O cerco ao GES e a Ricardo Salgado deu-se também no plano financeiro. Em paralelo às negociações entre o grupo e PQP, que no fim levariam à separação dos negócios das duas famílias e a um pacto de silêncio entre as partes, vieram a público diversas informações sobre o nível de alavancagem do GES. Factos que não passaram à margem dos reguladores financeiros, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

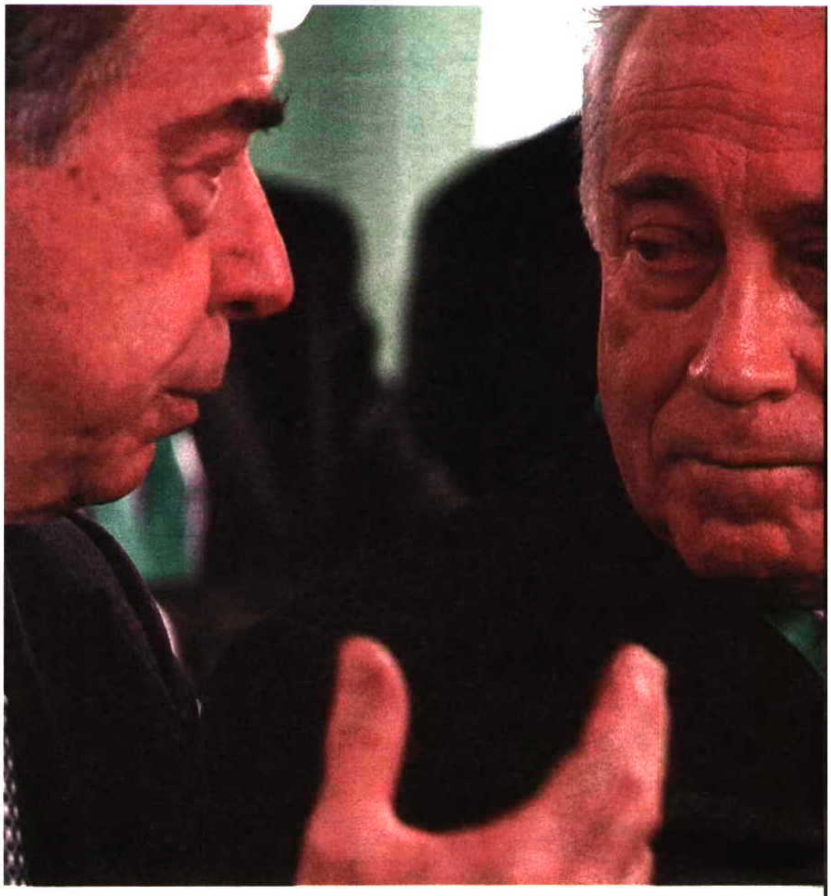
A exposição do fundo de investimento Espírito Santo Liquidez – que chegou a ter mais de 90% do seu património investido em títulos de dívida emitidos por "holdings" da Família Espírito Santo (Espírito Santo International e Espírito Santo Irmãos) e sociedades participadas (Rio Forte e Espírito Santo Industrial) – ao grupo foi o primeiro caso.

A estrutura da carteira do fundo gerido pela ESAF, gestora de activos do BES, ameaçava violar as novas regras europeias, que a partir de ontem impedem estes instrumentos de terem mais de 20% do seu património aplicado em activos de sociedades que sejam consideradas partes relacionadas. Em pouco mais de dois meses, e sob o acompanhamento das autoridades, o ES Liquidez alterou a estrutura da sua carteira, com o objectivo de respeitar o novo enquadramento legal. E cumpriu. Os títulos dívida de curto prazo que estavam colocados no ES Liquidez foram substituídos por emissões colocadas junto de clientes do BES e de outras instituições financeiras.

O braço não financeiro do grupo ficou no entanto com um problema por resolver: encontrar alternativas de financiamento e reduzir o nível de endividamento através da alienação de activos. Um processo que está em marcha.

A área não financeira do GES montou uma operação de ven-

>>> página 16



Venda da Escom penaliza "offshore" nas Bahamas

Venda da Escom, que inclui os diamantes de Angola, está há três anos por fechar. A venda foi então prometida a uma "offshore" no Panamá supostamente de angolanos. Até lá, a empresa está nas Bahamas. A venda estará por semanas – mas por menor preço. Quem fica com a perda?

O atraso na conclusão da venda da Escom a investidores angolanos, negócio que Ricardo Salgado acredita que estará fechado nas próximas semanas, deverá obrigar o Grupo Espírito Santo (GES) a assumir uma perda relacionada com a desvalorização desta empresa. Um "prejuízo" que penalizará as contas de uma sociedade que o GES tem no "offshore" do Panamá, a Espírito Santo Resources.

Foi através deste veículo que, a 28 de Dezembro de 2010, o GES acordou vender a participação de 66,67% que tem na Escom por um valor de cerca de 380 milhões de euros. Na véspera, a posição da família Espírito Santo na empresa que opera na área do imobiliário, infra-estruturas, recursos naturais, minérios e energia tinha sido alienada à ES Resources pela RioForte, "holding" que agrega os negócios não financeiros do grupo. Apesar de ainda não ter recebido o dinheiro de venda desta participação, a sociedade que originalmente controlava aquele investimento garante que não será penalizada pela provável redução do preço final da Escom.

Quase três anos depois de fechado o acordo de venda, a transferência da propriedade da Escom para mãos angolanas deverá ficar concluída nas próximas semanas. "Estamos bastante optimistas de que [o negócio] será concluído nos próximos temos", adiantou Ricardo Salgado na apresentação das contas do BES referentes ao final de Setembro. O banqueiro expressou convicção de que a operação ficará definitivamente fechada antes do final deste ano.

O desejo de concluir o negócio não é alheio à necessidade do GES em gerar liquidez. O objectivo anunciado passa por arrecadar cerca de mil milhões através de novas vendas de activos, incluindo a dispersão em bolsa da Espírito Santo Saúde e da RioForte.

É neste contexto que o presidente do BES tem desenvolvido esforços para concluir a venda da Escom. Este terá sido, aliás, um dos temas da agenda de Ricardo Salgado nas duas deslocações que fez a Luanda entre 2 e 22 de Outubro. Na primeira visita, o banqueiro foi recebido pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e fez-se acompanhar por Daniel Proença de Carvalho, advogado que tem desempenhado papel de mediador em vários assuntos envolvendo empresas portuguesas e investidores angolanos.

Oficialmente, o GES não comenta a possibilidade de o negócio de venda da Escom vir a ser concluído por um preço inferior aos 380 milhões. Mas dentro e fora do grupo existe a convicção de que os 66,67% da empresa valem agora menos que no final de 2010. As próprias contas da Escom indiciam esta perda. Em 2011, a empresa teve prejuízos de 293 milhões de dólares (217 milhões de euros, ao câmbio actual), quase cinco vezes mais do que no ano anterior. No mesmo período, o capital próprio negativo multiplicou por cinco, pas-

CISION

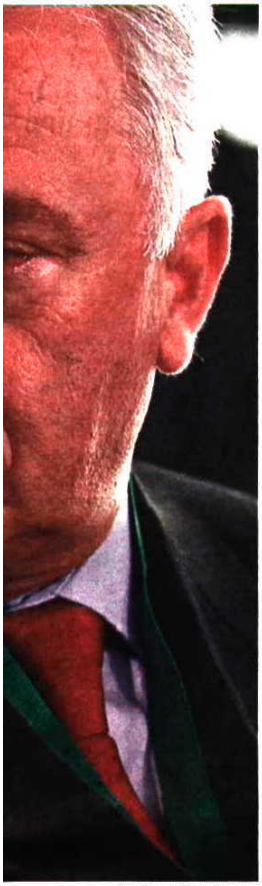
Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 26,96 x 36,48 cm²
Corte: 6 de 10



José Manuel Ribeiro / Reuters

Dossiês entregues ao Banco de Portugal

As várias guerras contra Ricardo Salgado levaram à entrega de dossiers ao Banco de Portugal visando pôr em causa a gestão e a idoneidade do líder do BES. Essas supostas denúncias foram até hoje inconsequentes. E foram entendidas pelo GES como retaliações sobre o seu líder. Esta informação foi confirmada pelo Negócios mas não é oficial. Contactado nos últimos meses, o Banco de Portugal nunca comentou o assunto. Os dossiers invocam um alegado sobreendividamento da "holding" ES International. O Banco Espírito Santo em si mesmo está fora de qualquer suspeita. Durante a guerra com Queiroz Pereira, várias destas operações foram noticiadas. Em causa está a avaliação das acções da ESFG na ES International, acima do valor bolsista; a operação AroundImpact que isola as menos-valias potenciais na Escom; e a exposição do fundo ES Liquidez a empresas do grupo, assunto já solucionado. Segundo o "Sol" e o "i", também alegadas comissões de Angola foram apresentadas ao Banco de Portugal, que terá pedido esclarecimentos. Salgado desmente as comissões.

sando de 64,7 milhões de dólares em 2010 para 342,8 milhões de dólares no ano seguinte. E o endividamento aumentou.

Até hoje, a ES Resources ainda só recebeu um sinal, equivalente a menos de um terço do montante total do negócio. Dos 380 milhões de euros acordados como valor de venda, o grupo encaixou 85 milhões, montante que inclui 15 milhões da venda da construtora Opway Angola. A movimentação deste dinheiro terá, aliás, levado o Departamento Central de Investigação e Acção Penal a abrir uma investigação relacionada com a venda da Escom, pelo facto de os 85 milhões de euros do sinal terem passado pela Akoya, a gestora de fortunas que está no centro de um processo judicial relacionado com fraude fiscal e branqueamento de capitais.

O facto de a empresa vir a ser vendida por um valor menor implica um prejuízo, uma vez que o valor de 380 milhões foi já contabilizado como uma dívida a receber. É preciso rectificar o valor, contando a diferença como uma imparidade. O impacto negativo deverá ficar registado na ES Resources. Apesar de não ter chegado a concluir a venda da Escom, a sociedade sedeada nas Bahamas assumiu compromissos relacionados com esta operação tendo por base o valor inicialmente acordado com a Newbrook, o veículo sedeado no Panamá, através do qual os investidores angolanos acordaram adquirir a empresa a 28 de Dezembro de 2010. É que a ES Resources não pagou a aquisição, feita na véspera, dos 66,67% da Escom à Rio Forte. A sociedade com sede nas Bahamas pretenderia liquidar esta dívida quando cobrasse o pagamento pelo negócio acordado com os angolanos. Como a ES Resources ainda não recebeu o resto do dinheiro, também ainda não pagou à Rio Forte.

A Rio Forte garante que não será penalizada. A empresa "não é contraparte directa na operação de venda da Escom a terceiros", explica fonte oficial em resposta por escrito ao Negócios. "Nesse sentido, um eventual ajustamento ao valor de venda por terceiros não teria impacto no valor a receber pela Rio Forte da ES Resources".

O crédito que a Rio Forte tem sobre a ES Resources foi transferido, no final de 2011, para uma nova sociedade, a Aroundimpact, com sede em Lisboa, detida em 99,99% pelo Grupo Rio Forte. A transferência foi concretizada usando o crédito sobre a ES Resources como entrada em espécie, para realizar a participação de capital da Rio Forte na Araoundimpact. Segundo a RioForte, a Aroundimpact foi criada "com o objectivo de concentrar um conjunto de saldos intragrupo que existiam entre sociedades detidas pela RioForte e o saldo a receber da ES Resources". Fonte oficial explica que "com esta operação de reorganização interna pretendeu-se potenciar a gestão de tesouraria entre entidades do grupo, com o objectivo de permitir uma maior visibilidade e eficiência na gestão dos fluxos financeiros do Grupo Rio Forte".

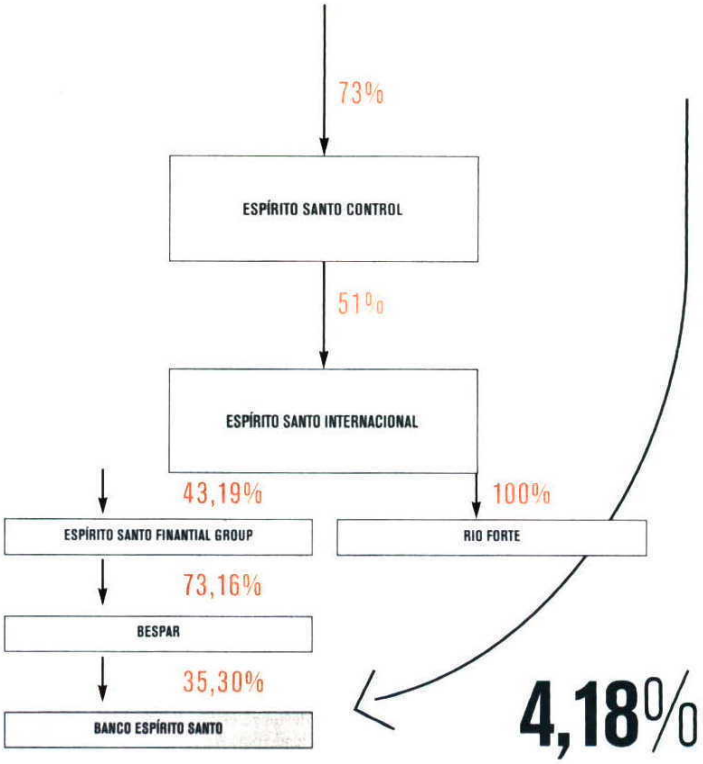
Independentemente desta sociedade estar blindada contra a desvalorização final da Escom, a ES International, "holding" que controla a RioForte e a ES Resources, acabará por ser penalizada pela perda de valor. W

CINCO DECIDEM FUTURO DO GRUPO ESPÍRITO SANTO... E SUCESSÃO DE SALGADO

Conselho Superior tem nove membros, dos quais cinco têm poder de voto, um por cada ramo da família. É aqui que são tomadas as decisões mais importantes. Será aqui que será eleito o sexto líder desde a fundação do Grupo Espírito Santo. Quem sucederá a Ricardo Salgado? Há quatro hipóteses.

A família Espírito Santo tem cinco ramos (Mário Mosqueira não é familiar, mas é na prática considerado como tal), que se reúnem no Conselho Superior. Até 2011, o órgão tinha cinco membros. Cada ramo escolheu então um segundo nome para o Conselho Superior, nisso apontando a sucessão geracional. Mas só os cinco originais têm poder de voto: José Manuel Espírito Santo (que escolheu como "segunda linha" o sobrinho Ricardo Abecassis Espírito Santo), Mário Mosqueira do Amaral (que nomeou o filho Pedro Mosqueira do Amaral), Comandante António Ricciardi (que escolheu o filho José Maria Ricciardi), Manuel Fernando Espírito Santo (filho de Maria do Carmo Moniz Galvão Espírito Santo, que nomeou outro filho, Fernando Espírito Santo) e Ricardo Salgado (que não escolheu ninguém, daí serem nove e não dez os membros do órgão. A não identificação de outro nome por Salgado foi entendida como uma forma de reservar a opinião sobre a sua própria sucessão). Os nomes habitualmente dados como candidatos à sucessão de Salgado são os de Ricardo Abecassis Espírito Santo, Bernardo Espírito Santo, José Maria Ricciardi e Amílcar Morais Pires, se for uma opção profissional.

RICARDO SALGADO	JOSÉ MANUEL ESPÍRITO SANTO	COMANDANTE RICCIARDI	MARIA DO CARMO MONIZ GALVÃO ESPÍRITO SANTO	MÁRIO MOSQUEIRA
13%	15%	16%	17%	12%



CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 16
Cores: Cor
Área: 25,73 x 36,41 cm²
Corte: 7 de 10

>>> página 15

da de participações destinada a arrecadar cerca de mil milhões de euros até meados do próximo ano. Até ao final do primeiro trimestre a Espírito Santo Saúde deverá estar cotada em bolsa, seguindo-se uma operação de abertura de capital da RioForte, também no mercado de capitais. Participações no sector das energias renováveis no Brasil e interesses no negócio hoteleiro estão na calha para serem alienadas. E prioridade das prioridades é concluir a venda da Escom acordada há três anos.

O processo de desalavancagem do grupo tornou-se incontornável não só pela pressão regulatória, mas sobretudo pelo facto de a crise ter interrompido o ciclo de geração de dividendos do BES para as "holdings" que através de uma cascata permitem que a família Espírito Santo controle o banco apesar de ter apenas 5% do seu capital. O banco do grupo foi o único dos grandes que ainda distribuiu resultados de 2010, mas os prejuízos de 2011 impediram o pagamento de dividendos e a pressão para cumprir as exigências de solidez do Banco de Portugal aconselharam a não repartição dos lucros de 2012. Este ano promete ser de perdas recorde.

IDONEIDADE RESISTE

São vários os casos de Justiça abertos em torno do Grupo Espírito nos últimos dois anos. As investigações em alguns processos têm levado à abertura de novos casos. É o caso das buscas de ontem à sede do BES por suspeitas de crimes de mercado na venda de acções da EDP em 2008. E são também os casos da privatização da EDP e da REN, com suspeita de tráfico de influências, o "Monte Branco", a Escom e os submarino (ver texto relacionado). No âmbito destas investigações foram realizadas várias buscas ao Grupo e até a residências de altos quadros. Ricardo Salgado, no entanto, nunca foi constituído arguido. E, no que diz respeito ao "Monte Branco", foi autorizado a divulgar um despacho do procurador Rosário Teixeira ilibando-o de quaisquer suspeitas.

Também este ano, Salgado foi notícia por causa da regularização da declaração dos seus rendimentos. A adesão do banqueiro ao RERT (programa de amnistia de capitais irregularmente detidos no estrangeiro) foi tornada pública, assim como os seus rendimentos. Não houve nenhum outro caso tornado público de rendimentos de aderentes ao RERT através de fugas de informação que chegaram à imprensa. Salgado foi o único. Mais tarde, o Sol revelou que Salgado teria recebido comissões em Angola no valor de 8,5 milhões de euros. O banqueiro desmentiu a notícia. Nenhum destes casos teve impacto na avaliação de idoneidade do banqueiro junto do Banco de Portugal, ao contrário do que terá sido pretendido por adversários seus.

FINALMENTE: A SUCESSÃO

Os vários casos polémicos em que Salgado esteve envolvido estão assim a encaminhar-se para um desfecho. Falta resolver a questão dos resultados (e rácios de capital) do banco e... a sucessão. Os temas estão relacionados.

A família Espírito Santo tem cerca de 300 membros, parte dos quais trabalha no Grupo. Mas outra parte vive de "mesada" e está habituada a dividendos, que não são pagos há dois anos. Este facto criou em si mesmo uma tensão em alguns membros da família. Por exemplo, no "gabinete de família" de José Manuel Espírito Santo, houve este ano pela primeira vez um candidato que desafiou (e perdeu) a sua liderança.

Na reunião desta quinta-feira do Conselho Superior do GES, parece ter sido aberto o processo de sucessão. Uma das hipóteses é Ricardo Salgado vir a assumir-se como "chairman" do BES, cedendo a sua posição de presidente executivo. A sucessão será decidida pela família. O próximo acto electivo no BES decorre em 2015 e o seguinte em 2019. Mas a escolha também exige o acordo do Crédit Agricole. É um facto poucas vezes notado que o controlo do BES pela família só é garantido em aliança com o grupo financeiro francês.

Para sucessor de Salgado na presidência executiva do BES, os nomes avançados (mas nunca confirmados) são quatro. O regressado Ricardo Abecassis Espírito Santo e Bernardo Espírito Santo são dois desses nomes. Em qualquer destes casos, seria uma transferência de poder do ramo de Salgado para o do seu aliado José Manuel Espírito Santo. Outra hipótese aventada seria o da escolha de um profissional não familiar, Amílcar Morais Pires, braço-direito de Salgado. Finalmente, o quarto nome é o de José Maria Ricciardi. Ou era. Porque depois da iniciativa de sucessão, entendida por Ricardo Salgado como um "golpe de Estado", o futuro de Ricciardi está pode definir. W

ÁLVARO SOBRINHO
Um conflito quase fechado

Acabou-se a guerra, ficou o azedume. Ricardo Salgado e Álvaro Sobrinho caminharam juntos na constituição do Banco Espírito Santo Angola (BESA), nascido em Agosto de 2001, e até 2012 a aliança parecia correr bem.

As divergências entre o BES, maior accionista do BESA, e Álvaro Sobrinho, presidente deste último, tornaram-se notórias quando o banqueiro angolano foi empurrado para o cargo de 'chairman', precisamente em finais do ano passado. A partir de então, os jornais controlados pela família Madaleno, à qual pertence Álvaro Sobrinho, começaram a lançar acusações sobre o facto do BESA passar a ser dominado pelos portugueses e, indirectamente, Ricardo Salgado foi acusado de ingratidão.

O caso fez correr muita tinta a as hostilidades entre as duas partes só cessaram a partir do momento em que José Eduardo dos Santos recebeu Ricardo Salgado no Palácio da Cidade Alta, residência oficial do Presidente de Angola, a 2 de Outubro de 2012. Antes disso, os accionistas do BESA haviam nomeado uma nova equipa de gestão, passando o cargo de 'chairman' do BESA a ser exercido por Paulo Kassoma, antigo primeiro-ministro de Angola e uma figura próxima de José Eduardo dos Santos.

Nesse 13 de Outubro, em Luanda, Ricardo Salgado anunciou o aumento de capital do BESA de 170 para 500 milhões de dólares, uma operação cuja concretização se aguarda com expectativa, porque Álvaro Sobrinho detém 5% do capital do banco. O consumar desta operação deverá também significar o adeus definitivo de Sobrinho ao BESA. Ele que já foi o maior accionista de outro banco angolano: o Valor. **Celso Filipe**

Ricardo Salgado e Álvaro Sobrinho estiveram juntos na criação do BESA. As divergências entre ambos tornaram-se notórias a partir de 2012 e culminaram com a saída de Sobrinho do BESA.

MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA CINCO CASOS QUE ENVOLVEM O GRUPO

1

EDP/BES VIDA
O BES foi esta quinta-feira alvo de buscas do Ministério Público. Em causa estará a investigação sobre o processo de venda em 2008 de acções da EDP, transacção que envolveu o BES Vida e em que há suspeitas de crimes contra o mercado. O BESI foi uma das entidades que montou a operação de entrada em bolsa da EDP Renováveis. Entre os arguidos contam-se José Maria Ricciardi e Amílcal Morais Pires.

Em Outubro de 2005, o BES foi um dos quatro bancos alvo das buscas policiais no âmbito da Operação Furacão, a maior investigação de sempre à fraude fiscal e branqueamento de capitais. Desde então as instalações do banco, assim como casas de dirigentes, têm recebido a visita do Ministério Público. Por ligação a diversos casos em investigação.

Ainda esta quinta-feira, no âmbito do processo relativo à compra de acções da EDP, em 2008, pelo BES Vida, numa operação que envolveu o BESI, o grupo voltou a ser alvo de buscas. Este caso, relacionado com suspeitas de crimes contra o mercado e que teve origem numa denúncia da CMVM, é um dos processos em que José Maria Ricciardi foi já constituído arguido, a par do administrador financeiro do grupo, Amílcar Morais Pires. Ontem o presidente do BESI quis esclarecer ser "totalmente alheio às diligências judiciais [hoje] realizadas na sede do BES e noticiadas nos meios de comunicação social".

Este não é o único caso em investigação envolvendo o BESI e a EDP. Na investigação aos processos de privatização da eléc-

CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 17
Cores: Cor
Área: 26,38 x 35,39 cm²
Corte: 8 de 10

2

PRIVATIZAÇÃO DA EDP E REN
O Ministério Público está ainda a averiguar se houve crime de mercado na privatização da EDP e da REN, num processo que além do BESI envolve também o Caixa BI, que assessoraram estes processos. As buscas feitas nestas investigações tiveram origem no processo Monte Branco. Além de abuso de informação, estará em causa suspeitas de tráfico de influências.

3

MONTE BRANCO
O presidente executivo do BES foi ouvido no final do ano passado no DCIAP no âmbito da operação que investiga um conjunto de movimentos financeiros ocorridos entre 2006 e 2012, por suspeitas de branqueamento de capitais e fraude fiscal. Num despacho, a PGR disse já que Ricardo Salgado não é suspeito, nem há indícios para lhe imputar prática de ilícito fiscal.

4

SUBMARINOS
O presidente da Escom e dois administradores da empresa, à data detida pelo Grupo Espírito santo, foram os primeiros indiciados por corrupção activa, tráfico de influências e branqueamento de capitais no caso relativo à compra dos dois submarinos alemães. O caso arrasta-se há sete anos. Os honorários recebidos da Escom estarão no centro desta investigação.

5

ESCOM
A venda da participação na Escom à Sonangol está também a ser investigada pelo DCIAP, envolvendo altos quadros do grupo. Em causa estão transferências de montantes relacionados com o sinal prestado pela Escom, que foram depositados no Crédit Suisse através da Akoya, a gestora de fortunas que está no centro da investigação do caso Monte Branco.

O Grupo Espírito Santo e seus responsáveis têm surgido ligados a casos investigados pelo Ministério Público. Ainda ontem houve buscas à sede. Ricardo Salgado tem sido chamado como testemunha. José Maria Ricciardi e Morais Pires será já arguido em dois. **MARIA JOÃO BABO** mbabo@negocios.pt

Bloomberg

trica e da REN, por suspeitas de tráfico de influências e de fraude fiscal, foi determinante para os investigadores um telefonema escutado entre José Maria Ricciardi e o primeiro-ministro Passos Coelho. Ricardo Salgado foi chamado a depor como testemunha, mas Ricciardi, segundo foi noticiado, terá acabado por ser constituído arguido em Março último. Em comunicado, o banqueiro não esclareceu então em que condição saiu do DCIAP. Disse apenas: "não pratiquei qualquer crime, nem tão pouco me acusa a consciência de ter actuado de forma a merecer ponta de censura".

O caso das privatizações da EDP e REN teve origem no processo Monte Branco, relativo a crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais e que levou a buscas ao BESI e Caixa BI, assessores financeiros daquelas operações de venda, com base em suspeitas de tráfico de influências e abuso de informação.

No âmbito do caso Monte Branco, Ricardo Salgado foi, no final do ano passado, testemunhar ao DCIAP. Mas não foi considerado suspeito. Isso mesmo atestou a PGR num despacho onde diz não existir fundamento para lhe imputar a prática de qualquer ilícito de natureza fiscal. Sobre a sua adesão ao programa de regularização de capitais no estrangeiro e rectificações da declaração de rendimentos, o presidente executivo do BES disse então ao Negócios: "Nunca fugi aos impostos nem sou suspeito disso ou de qualquer outra coisa".

Também José Maria Ricciardi garantiu então não estar envolvido no caso Monte Branco, mas a sua residência, assim como a de Miguel Horta e Costa, vice-presidente da comissão executiva do BESI, terão sido alvo de buscas, segundo foi noticiado na imprensa.

A venda da participação na Escom à Sonangol é outro dos assuntos que está a ser investigado pelo DCIAP, envolvendo altos quadros do grupo. Em causa estão transferências de montantes relacionados com o sinal prestado pela Escom, que foram depositados no Crédit Suisse através da Akoya, a gestora de fortunas que está no centro da investigação do caso Monte Branco. Também no processo dos submarinos adquiridos pelo Estado português foram constituídos arguidos o presidente e dois administradores da Escom, empresa do GES quando se deu a compra à German Submarine Consortium, de quem era parceira. Helder Bataglia, Luís Horta e Costa e Pedro Ferreira Neto são, neste caso, suspeitos da prática dos crimes de corrupção activa, branqueamento de capitais e tráfico de influências. W

PEDRO QUEIROZ PEREIRA
Um conflito encerrado

Pedro Queiroz Pereira muniu-se para a guerra com Ricardo Salgado. E atirou ao coração da "holding" familiar do Grupo Espírito Santo (GES). Depois de meses de disputa, o conflito foi sanado há uma semana, com um acordo selado entre o dono da Semapa e Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva, apontado como possível sucessor de Salgado.

Para preparar o ataque pelo controlo do grupo que detém a Portucel e da Secil, Queiroz Pereira formou uma equipa de 16 pessoas, munida de todos os documentos, relatórios e contas que pudessem servir de arma de arremesso em assembleias gerais, nos jornais e até nos tribunais.

Em causa esteve uma operação realizada em Janeiro de 2012 – a venda, por parte da Cimipar, de 10% da Cimigest à Sodim – que, segundo a sua irmã, o GES e a família Carrelhas deu ao empresário, em aliança com a mãe, o controlo da Semapa. Consideraram-se traídos e alvo de uma cilada. Queiroz Pereira devolveu as acusações ao GES, acusando-o de ter reforçado "pela calada" nas sociedades que controlam a Semapa.

O conflito alastrou à ES Control, "holding" da família Espírito Santo com sede no Luxemburgo, na qual Queiroz Pereira, por causa das relações históricas entre as duas famílias, detinha até agora 7%. Accionista e administrador, o empresário exigiu formalmente informações sobre a sociedade, que acusou de opacidade.

O descruzamento de participações está firmado. Para fechar esta frente de ataque, Ricardo Salgado terá cedido no preço pedido pelas participações na Sodim e Cimigest, prescindido do prémio de controlo. Fora do negócio ficaram ainda os hotéis Ritz e Villa Magna, que interessavam ao GES.

A venda da participação na Escom à Sonangol é outro dos casos que está a ser investigado pelo Ministério Público. No processo dos submarinos, este ano foram constituídos arguidos três gestores da Escom.

CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 26,72 x 33,44 cm²
Corte: 9 de 10

Do golpe de Estado ao estado de golpe no Grupo Espírito Santo

CISION

Jornal de Negócios
www.negocios.pt

ID: 50687094

08-11-2013 | Weekend

Tiragem: 12428
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: Principal - 1
Cores: Cor
Área: 20,19 x 14,69 cm²
Corte: 10 de 10

"Golpe de Estado" no BES fracassa

José Maria Ricciardi avançou com iniciativa para precipitar saída de Ricardo Salgado. Família une-se no apoio ao líder e realça "importância da lealdade institucional".

WEEKend

Bruno Simão